



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
36.842.483/0001-19	GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S/A	30/04/2024 12:52:12	EA6036988C2DB3B3BFBC6FB32B1CDB4089D0D17C

Relatório das Demonstrações Financeiras (RDF)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2023	31/12/2023	-	Participante-Upload

Título
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 - GUABIRUBA

Descrição
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023 - GUABIRUBA

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S A:36842483000119	36.842.483/0001-19	30/04/2024 12:52:12	Participante	Certificado Digital

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Guabiruba Saneamento SPE S.A.
Guabiruba - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Guabiruba Saneamento SPE S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Guabiruba Saneamento SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Guabiruba Saneamento SPE S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 29 de abril de 2024

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022	Passivo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	457	39	Fornecedores a pagar	10	635	422
Contas a receber	5	2.505	1.543	Arrendamentos a pagar	7	114	386
Adiantamentos a fornecedores			9	Salários e encargos sociais	11	636	215
Impostos a recuperar		81		Tributos a pagar	12	778	812
Estoques	6	111		Outros passivos	13	1.414	306
Outros Ativos		72					
Total do Circulante		3.226	1.591	Total do Circulante		3.577	2.141
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	4	1	1	Arrendamentos a pagar	7	94	356
Direito de uso	7	246	566	Tributos a pagar	12	1.361	1.240
Imobilizado	8	104	92	Contingências	14	101	
Intangível	9	4.026	1.772	Partes relacionadas		113	494
Total do Não Circulante		4.376	2.431	Total do Não Circulante		1.669	2.090
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		100	100
				AFAC		1.900	
				Reserva Legal		20	4
				Reserva de Lucros		336	(313)
				Total do Patrimônio Líquido		2.356	(209)
Total do Ativo		7.603	4.022	Total do Passivo		7.603	4.022

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	2023	2022
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	16	10.088	7.506
Custo dos serviços prestados	17	(6.131)	(5.084)
Lucro bruto		3.957	2.422
Despesas operacionais			
Gerais e Administrativas	18	(1.805)	(1.133)
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")		(255)	(116)
Outras receitas (despesas) operacionais		32	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.929	1.174
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	22	61
Despesas financeiras		(504)	(499)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.446	736
Imposto de renda e contribuição social	12	(781)	(660)
Lucro do exercício		665	76

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(EM MILHARES DE REAIS)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	665	76
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do período	665	76
Total do resultado abrangente atribuído aos:		
Acionistas	665	76
	665	76

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	AFAC	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Em 1º de janeiro de 2022	100			(385)	(285)
Reserva Legal			4	(4)	
Lucro do exercício				76	76
Em 31 de dezembro de 2022	100		4	(313)	(209)
AFAC		1.900			1.900
Reserva Legal			16	(16)	
Lucro do exercício				665	665
Em 31 de dezembro de 2023	100	1.900	20	336	2.356

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Exercício	665	76
Ajustes		
Depreciação e amortização	373	285
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	255	116
	1.293	476
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.217)	(1.120)
Adiantamentos a fornecedores	9	459
Tributos a recuperar	(81)	
Outros ativos	(72)	
Estoques	(111)	
Fornecedores	212	52
Salários e encargos sociais	421	(45)
Tributos a pagar	88	828
Partes Relacionadas	(381)	494
Outros passivos	1.212	143
	79	812
	1.372	1.288
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(23)	(95)
Adições ao ativo direito de uso	59	(566)
Adições ao ativo intangível	(2.356)	(1.336)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(2.320)	(1.997)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Arrendamentos a pagar	(533)	742
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.900	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.367	742
	418	33
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Variação no Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	457	39
Variação no Caixa	418	33

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

A Guabiruba Saneamento SPE S.A. (“Companhia”) é uma controlada da Sul Concessões Participações S.A. (“Sul Concessões”).

A Companhia tem como principal objetivo a implantação, captação, operação e manutenção de serviços de abastecimento de água potável no município de Guabiruba - Santa Catarina, em conformidade com a concessão, autorização e permissão outorgada.

O contrato de concessão pode ser assim sumarizado:

Município	Data de assinatura do contrato	Estado	Cronograma de vencimento	Prazo	Prazo restante (meses)
Guabiruba	30/04/2020	Santa Catarina	30/04/2050	30	315

A Matriz da Companhia está localizada na Rua José Dirschnabel, 405, Centro, Guabiruba - Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha em seu quadro de acionistas a Sul Concessões e Participações S.A. e a Atlantis Saneamento LTDA, (“Atlantis”) cada uma com 50% das ações.

Em 27 de fevereiro de 2023, a Sul Concessões adquiriu mais 22,75% das ações e passou a deter 72,75% de participação do Capital, assumindo o controle da Companhia a partir desta data.

Em 31 de julho de 2023, foi concluído o processo de aquisição da Companhia e a Sul Concessões passou a deter 100% de participação no capital social.

2. Base para preparação das demonstrações e resumo das práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis estão sendo emitidas após sua aprovação pela diretoria em 29 de abril de 2024.

2.2 Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

Continuidade Operacional

A Administração da Companhia, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Companhia.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4 Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5 - Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis);**

3. Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente

a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) e calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.4 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.4 Ativos financeiros e não financeiros

3.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil fiscal dos equipamentos. As taxas utilizadas no exercício de 2023 foram as seguintes:

· Edificações	25 anos
· Móveis e Utensílios	10 anos
· Máquinas e Equipamentos	10 anos
· Veículos	05 anos
· Computadores	05 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais”, na demonstração do resultado.

3.6 Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota 9).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.8 Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.10 Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil.
- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses

processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

Concessão - Ativo Intangível

	2023	2022
Receita/Custo de Construção	2.354	1.093
	2.354	1.093

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando uma base de presunção de 32% da Receita Bruta recebida (Lucro Presumido).

3.14 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes:

Pronunciamento	Alteração/aprimoramento
IAS 1 - Presentation of Financial Statements	Divulgações de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explica aplicá-las.
IAS 1 - Presentation of Financial Statements	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação do passivo por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.
IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças contábeis e correção de erros.
IFRS -7 - Insurance	Norma não aplicável à Empresa.
IAS 12 - tributos sobre o lucro	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

(b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Pronunciamento	Alteração/aprimoramento	Vigência
IFRS - 6 - Leasing	Passivo de Locação em um <i>sale and leaseback</i> (transação de venda e retroarrendamento). Alteração não aplicável à Empresa.	A partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 1 - Presentation of Financial Statements	<p>Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O que se entende por direito de adiar a liquidação. ▪ Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. ▪ Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. ▪ Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. 	A partir de 1º de janeiro de 2024.
IAS 7- Statement of cash flow e IFRS 7 - Financial Statements - Disclosure	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	A partir de 1º de janeiro de 2024.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Banco conta movimento	25	24
Aplicação financeira	433	16
	458	40
Ativo circulante	457	39
Ativo não circulante	1	1

As Aplicações financeiras de curto prazo são, substancialmente, CDBs aplicados no banco Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“SICOOB”).

5. Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber de clientes		
Serviço de água	2.357	1.687
Serviços incorridos e não faturados	323	276
(-) Provisões estimadas de perdas	(175)	(420)
	2.505	1.543

A Companhia adota como política para provisão de perdas estimadas, faturas em aberto com mais de 360 dias para clientes privados e 720 dias para clientes públicos.

Movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa

	2023	2022
Saldo Inicial	(420)	(304)
Reversão da Provisão	510	0
Provisão	(265)	(116)
Saldo Final	(175)	(420)

A análise de vencimentos do contas a receber referente a 2023, está apresentada a seguir:

	2023	2022
A vencer	920	647
Vencidas		
Até 30 dias	206	185
De 31 a 60 dias	95	99
De 61 a 90 dias	57	56
De 91 a 180 dias	145	112
Mais de 180 dias	934	588
Contas a receber de clientes	2.357	1.687

6. Estoque

	2023	2022
Tubos	51	
Materiais	46	
Hidrômetros	14	
	111	

Em 2023 foi realizado o inventário físico dos materiais e implantado o módulo de suprimentos do ERP TOTVS - Protheus, fazendo com que todo Estoque passe a ser controlado via sistema e a sua movimentação integrada a contabilidade.

7. Direito de Uso/Arrendamentos a pagar (IFRS16/CPC 06)

	2023	2022
Direito de Uso	246	566

	2023	2022
Arrendamentos a pagar	208	742
Passivo circulante	114	386
Passivo não circulante	94	356

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento. Essa norma internacional altera as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

Os contratos arrendados são basicamente relativos à locação de equipamentos pesados, veículos e aluguel de imóvel.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2022	Adição	Saldos em 31/12/2023
Custo				
Edificações	4%		3	3
Móveis e Utensílios	10%		1	1
Máquinas e Equipamentos	10%	81		81
Veículos	20%		1	1
Computadores	20%	14	18	32
		95	23	118
Depreciação				
Edificações				
Móveis e Utensílios				
Máquinas e Equipamentos		(2)	(9)	(11)
Veículos				
Computadores		(1)	(3)	(4)
		(3)	(11)	(14)
		92	12	104

A Companhia finalizou em 2023 a implantação do módulo de imobilizado do ERP TOTVS - Protheus e a sua integração junto ao módulo contábil.

Inventário Físico para fins de reorganização e avaliação patrimonial

Em abril de 2024, foi finalizado o inventário físico da Companhia que teve como data base dos trabalhos 31 de dezembro de 2023.

O objetivo do inventário foi a avaliação dos bens, cálculo das novas taxas de depreciação e amortização com base na vida útil dos Bens e a conciliação físico-contábil dos ativos, para a finalidade de reorganização patrimonial.

Diante disso, a partir de janeiro de 2024 as taxas de depreciação passaram a ser baseadas na vida útil dos ativos, não ocasionando, entretanto, efeitos relevantes nos resultados da Companhia.

Abaixo um comparativo entre as taxas:

Imobilizado	Taxas até 2023 (Base RFB)	Taxas a partir de 2024 (Vida Útil)
· Móveis e Utensílios	10%	7%
· Máquinas e Equipamentos	10%	7%
· Computadores	20%	20%

9. Intangível

	Saldos em 31/12/2022	Adição	Saldos em 31/12/2023
Custo			
Intangível	1.850	2.356	4.206
Amortização Acumulada			
Amortização	(77)	(102)	(179)
	1.772	2.254	4.026

Em 2023, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de equipamentos industriais para a aquisição de uma estação de tratamento de água, investindo recursos na ampliação de rede e readequação das instalações adquiridas do poder concedente.

Inventário Físico para fins de reorganização e avaliação patrimonial

Em abril de 2024, foi finalizado o inventário físico da Companhia que teve como data base dos trabalhos 31 de dezembro de 2023.

O objetivo do inventário foi a avaliação dos bens, das redes de distribuição de água e coleta de esgoto, das ligações prediais e dos hidrômetros.

Diante disso, a partir de janeiro de 2024 as taxas de amortização passaram a ser baseadas na vida útil dos ativos, não ocasionando, entretanto, efeitos relevantes nos resultados da Companhia.

Intangível	Taxas até 2023 (Base RFB)	Taxas a partir de 2024 (Vida Útil)
· Instalações	10%	7%
· Equipamentos eletromecânicos	10%	20%
· Redes	4%	3%
· Hidrômetros	10%	14%
· Computadores e periféricos	20%	20%
· Obras sistema de água e esgoto	4%	3%

10. Fornecedores

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento em cerca de 30 dias.

	2023	2022
Fornecedores		
Energia		
Serviços	463	231
Materiais	171	189
Outros		2
	635	422

11. Salários e encargos sociais

	2023	2022
Salários a pagar	305	66
Provisão de férias	186	111
Encargos a recolher	146	39
	636	215

12. Tributos a Pagar

	2023	2022
Parcelamento Tributos Federais	1.688	1.669
IRPJ	170	123
CSLL	61	46
COFINS	22	18
Retenções de terceiros	9	12
PIS	5	4
ISS		3
Tributos diferidos	185	177
	2.140	2.052
Passivo circulante	778	812
Passivo não circulante	1.361	1.240

O Passivo não circulante é referente aos vencimentos de longo prazo dos parcelamentos junto a Secretaria da Receita Federal. O montante devido desses tributos foi parcelado em 60 prestações mensais, sendo o principal corrigido pela variação da taxa Selic, acrescido de multa de 20% e seu prazo irá até outubro de 2026.

13. Outros Passivos

	2023	2022
Repasse Lixo - Prefeitura Gravatal	1.360	230
Outros	54	76
	1.414	306

A Companhia atua como agente responsável pelo faturamento e arrecadação da taxa de lixo do município de Guabiruba, não sendo a Companhia responsável pelo serviço e pela concessão de tal atividade, que concerne ao Município. Esse faturamento, não faz parte da receita e nem da arrecadação da Companhia.

O Contas a Pagar registrado, corresponde a parcela ainda não recebida do serviço e conseqüentemente ainda não repassada a Prefeitura.

14. Contingências

	2023	2022
Contingências		
Cíveis	101	
	101	

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R\$ 10 em 31 de dezembro de 2023 (2022 - R\$ 0).

15. Patrimônio líquido

a) Capital

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 100 (mesmo montante 31 de dezembro de 2022), e está representado por 100.000 ações ordinárias (“ON”) detidas 100% pela Sul Concessões.

	Quantidade de ações	% de ações
	Sul Concessões	Sul Concessões
Ações ordinárias (“ON”)	100.000	100%

Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurada em 31 de dezembro de 2022 nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

b) Reserva de Lucros

A Reserva de lucros é composta pelos lucros acumulados auferidos pela companhia, nos termos do artigo 182 da Lei 6404/76.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

No ano de 2023, a Companhia constituiu AFAC no montante de R\$ 1.900. Os valores aportados pela Controladora Sul Concessões, foram destinados a investimento na construção ou melhoria da infraestrutura, conforme cronograma de investimentos da concessão, e serão capitalizados até o primeiro semestre de 2024.

16. Receita líquida de serviços

	2023	2022
Serviços de abastecimento de água	7.976	6.582
Receita de Construção	2.354	1.093
Receita a faturar	46	57
Deduções	(288)	(225)
	10.088	7.506

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de ampliação de rede e infraestrutura possibilitaram aos usuários maior disponibilidade de abastecimento, cobertura e aumento do número de ligações, impulsionando o faturamento da Companhia.

17. Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Construção	(2.354)	(1.093)
Pessoal	(1.464)	(1.306)
Serviços	(1.042)	(1.131)
Materiais	(437)	(741)
Depreciação/amortização	(376)	(285)
Energia	(338)	(528)
Outros	(121)	
	(6.131)	(5.084)

18. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços	(969)	(868)
Gerais e administrativas	(711)	(183)
Pessoal	(125)	(82)
	(1.805)	(1.133)

19. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receita Financeira		
Rendimento de aplicação financeira	22	61
	22	61
Despesa Financeira		
Despesas e comissões bancárias	(220)	(167)
Outras despesas financeiras	(186)	
Encargos sobre parcelamento de tributos	(98)	(332)
	(504)	(499)
Resultado Financeiro Líquido	(482)	(438)

20. Gerenciamento de riscos financeiros

20.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente ao objetivo social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no município com o qual possui contrato de concessão. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões no local em que opera, sendo que o respectivo contrato de concessão possui prazo de validade definido de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em caso de descumprimento relevante, rescindir o contrato de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros, representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	25	24
Aplicações Financeiras	433	2
Contas a Receber	2.505	1.543
	2.963	1.569

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2023	2022
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	25	24
Aplicações Financeiras	434	2
	<u>459</u>	<u>26</u>

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumento financeiro com risco cambial.

e) Risco de liquidez

O Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2022	2021
Fornecedores a pagar	635	422

20.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Expresso em milhares de Reais)

	2023	2022
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	25	24
Aplicações Financeiras	434	2
Contas a receber	2.505	1.543
	2.964	1.569
Passivos Financeiros		
Fornecedores a pagar	635	422

21. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos abaixo:

Tipo de cobertura	2023	
	Valor segurado	Seguradora
Responsabilidade civil	5.000	AIG Seguradora Brasil S.A
Garantias	4.533	AUPOL Bank
Patrimonial	75	Axa Empresa Flex

* * * *